

Uma análise sobre a Doutrina do fascismo e sua contribuição para compreender o movimento de Mussolini

Sergio Schargel¹

Recebido em: 22/12/2023

Aprovado em: 06/10/2023

Resumo: Dos vários materiais discursivos criados por Mussolini no vintênio Fascista, poucos são tão ricos quanto a Doutrina de 1932. Publicada em um momento em que o regime procurava se institucionalizar e “normalizar”, o material é fundamental à historiografia do fascismo por revelar como Mussolini enxergava o seu próprio movimento/ideologia/regime. Este artigo oferecerá uma análise de conteúdo deste material, na intenção de apreender os principais elementos que o constituem e suas diferenças ou semelhanças em relação a outros momentos do fascismo. Com a ajuda das teorias de Albert Hirschman e Robert Paxton, será possível contribuir à historiografia sobre o fascismo, ao iluminar as idiosincrasias da Doutrina, mostrando, na prática, o quanto o movimento/regime se alterou conforme os anos — o que dificulta, na prática, falar em um fascismo com características congeladas. Em suma, entender o que o fascismo dizia sobre si, e o quanto isso dialogava com a prática.

Palavras-chave: Benito Mussolini; fascismo; Doutrina do fascismo; vintênio; ciclo ditatorial do fascismo.

Un análisis de la Doctrina del fascismo y su contribución a la comprensión del movimiento de Mussolini

Resumen: De los diversos materiales discursivos creados por Mussolini en los veinte años del fascismo, pocos son tan ricos como la Doctrina de 1932. Publicado en un momento en que el régimen buscaba institucionalizar y “normalizar”, el material es fundamental para la historiografía del fascismo por revelar cómo Mussolini vio su propio movimiento/ideología/régimen. Este artículo ofrecerá un análisis de contenido de este material, con la intención de aprehender los principales elementos que lo constituyen y sus diferencias o similitudes en relación con otros momentos del fascismo. Con la ayuda de las teorías de Albert Hirschman y Robert Paxton, será posible contribuir a la historiografía del fascismo, iluminando la idiosincrasia de la Doctrina, mostrando, en la práctica, cuánto ha cambiado el

¹ Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro. E-mail: sergioschargel_maia@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5392-693X>

movimiento/régimen a lo largo de los años. Lo que dificulta, en la práctica, hablar de un fascismo hermético. Así, entender lo que el fascismo decía de sí mismo y cuánto dialogaba con la práctica. **Palabras-clave:** Benito Mussolini; fascismo; doctrina del fascismo; veinte años; ciclo dictatorial del fascismo.

An analysis of the Doctrine of Fascism and its contribution to understanding Mussolini's movement

Abstract: Of the many discursive materials created by Mussolini in the Fascist vintennium, few are as rich as the 1932 Doctrine. Published at a time when the regime was seeking to institutionalize and “normalize”, the material is fundamental to the historiography of Fascism for revealing how Mussolini saw his own movement/ideology/regime. This article will offer a content analysis of this material, with the intention of apprehending the main elements that constitute it and their differences or similarities in relation to other moments of Fascism. With the help of Robert Paxton's theory, it will be possible to contribute to the historiography of Fascism, by illuminating the idiosyncrasies of the Doctrine, showing how much the movement/regime has changed over the years — which makes it difficult to speak in a Fascism with frozen features. In short, to understand what Fascism said about itself, and how much this dialogued with Mussolini's practice.

Keywords: Benito Mussolini; Fascism; Doctrine of Fascism; vintennium; dictatorial cycle of Fascism.

Introdução

“pensar faz sofrer” (STENDHAL, 2010, p. 132).

O fascismo é um caso único, pois experimentou tanto a entropia, dita por Robert Paxton (1998), quanto a radicalização, por mais que esta última tenha vindo sob a dominação estrangeira. Poucos anos depois da publicação da *Doutrina do fascismo*, com a campanha na Etiópia, Benito Mussolini transformou Vítor Emanuel em imperador. No auge do seu fetiche reacionário, tentou reeditar o Império Romano no século XX. Alguns anos mais tarde, com a Guerra, a popularidade do fascismo decresce a ponto do imperador destituir *Il Duce*. Ele é, no entanto, reconduzido ao cargo com a invasão alemã, radicalizando e totalizando o regime Fascista de forma inédita e inaugurando uma república fantoche.

Em 1946, temendo o fim da monarquia, Vítor Emanuel abdica. Assume seu filho, Humberto. A monarquia é considerada cúmplice do fascismo, seus descendentes são exilados (e assim permaneceram até a década de 2010). Mas, afinal, o que mantém as autocracias? O que explica a queda do fascismo em 1943, e sua ascensão autoritária em

1924? Johannes Gerschewski (2012) afirma que existem três pilares da estabilidade autocrática: legitimação, repressão e cooptação. Legitimação responde por reforço interno, por exemplo, quanto melhor a economia e a segurança responderem, mais a população tende a legitimá-la. A repressão, o método mais famoso, aplica um reforço externo; ou seja, controla os que não a legitimam, mas não é suficiente para mantê-la. Por fim, a cooptação. Cooptação aplica um reforço recíproco, a capacidade de convencer os atores da elite como empresariado e forças militares. Em 1924, o fascismo tinha os três. Em 1943, com a campanha desastrosa na Guerra, havia perdido todos.

Um ponto importante é a diferença das autocracias de massa do século XX em relação a seus antecessores. João Fábio Bertonha (2008) aponta como o fascismo foi, em larga medida, desejado. Pois essa é uma das diferenças de algumas das autocracias de massa pós-século XX: sua legitimidade advém da própria população dominada. São autocracias carismáticas, ou autocracias messiânicas, pautadas na figura do profeta exemplar weberiano. O regime de Mussolini se baseou menos na repressão generalizada, e mais no desejo de dominação.

Entretanto, as interpretações sobre o fascismo não são unívocas. Em cem anos, criou-se amplo repertório narrativo sobre o movimento, regime e ideologia fascista. Renzo de Felice (1976, p. 277-280), por exemplo, colocou diversas dessas visões em diálogo para concluir que o fascismo encontraria seus limites na Europa do início do século XX, devido a características do continente que não poderiam ser reproduzidas em outras situações. Esses elementos incluem a formação tardia de Estados-nações, a decadência moral, os impactos da Primeira Guerra Mundial e a ameaça Bolchevique.

Emilio Gentile, por sua vez, preferiu voltar sua análise do fascismo ante a ideia de religião política. Para o historiador italiano, colega de Felice, o processo de secularização intensificado com o advento da modernidade, aliado com a política de massas, gerou uma fronteira confusa e borrada entre religião e política. Desta forma, os movimentos nazifascistas do século XX implicam uma “sacralização da política”. Seus correligionários formam uma espécie de culto, com elementos típicos de uma religião, como mística, dogmas e a crença em um líder infalível.

Por sinal, não é coincidência que o clássico livro de Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas*, desenvolva logo em suas primeiras páginas o argumento sobre religiões políticas. Anderson (2008, p. 38) defende que o século XVIII marca não

somente um processo de secularização, mas de substituição do ideal de religião, como aglutinador de grupos sociais, pelo de nação — ainda que ambos não estejam totalmente desassociados. Na mesma linha de Gentile, o processo de secularização se intensifica após a Revolução Francesa, mas nunca é completo, de forma que o nacionalismo desempenha e substitui a centralidade do papel da religião cristã: “A fé religiosa declinou, mas o sofrimento que ela ajudava a apaziguar não desapareceu. [...] poucas coisas se mostraram (se mostram) mais adequadas a essa finalidade do que a ideia de nação” (ANDERSON, 2008, p. 38). Por silogismo, se o nacionalismo se torna uma espécie de religião política, e a base do fascismo é o nacionalismo de massas, naturalmente o mesmo preceito também recai sobre o fascismo, embora em níveis ainda mais intensos.

Sobre o fascismo, as interpretações divergiram desde a sua criação. O crescimento implacável do movimento fascista resultou que, já em 1922, os Squadristi eram o maior exército privado do mundo (DORIA, 2020, p. 53). Neste ponto, a historiografia discorda sobre um elemento essencial da Marcha Sobre Roma: sua caracterização, ou não, como golpe de Estado. Autores como Gianni Fresu (2017) pensam na manifestação como um primeiro golpe, seguido pelo segundo e instauração de fato da ditadura entre 1924 e 1926. Apesar das pretensões golpistas da Marcha, este trabalho privilegia a interpretação de Robert Paxton (2007) de que a ascensão de Mussolini ao poder seguiu a lógica institucional do parlamentarismo italiano. Em suma, apesar do tom de ameaça explícita às instituições, Mussolini ainda chegou ao poder nomeado pelo chefe de Estado e, inclusive, teve de seguir o jogo parlamentar nos dois primeiros anos. Mais do que isso, Mussolini não rompeu com o *establishment* italiano (ao contrário do que seria feito por Adolf Hitler posteriormente), mesmo nos momentos mais elevados de seu autoritarismo, mas passou a governar com ele em uma diarquia desconfortável com o rei e os conservadores-liberais, que termina por eclodir na Guerra Civil Italiana (1943-1945) (PAXTON, 1998).

Em 1943, até mesmo os membros do PNF (Partido Nacional Fascista) passaram a pressionar o Rei pela destituição de Mussolini. A Câmara dos Fasces chegou a emitir voto de desconfiança em Mussolini, que foi substituído por um general. Mussolini foi imediatamente preso. O general Pietro Badoglio banuiu o PNF, os Squadristi haviam se fundido com o exército e não reagiram. A Câmara dos Fasces e os demais controles

judiciários e legislativos dos fascistas foram desmantelados. A Itália assinou um armistício com os Aliados. Mas esse não seria, ainda, o fim do fascismo, pois Hitler não deixaria a Itália ser tomada pelos Aliados. Mussolini é resgatado do cárcere e conduzido a líder de um Estado fantoche no norte e no centro da Itália: a República de Saló. Outrora autodeclarado admirador de Mussolini, a ponto de ter um busto do Duce “em seu gabinete na sede do partido nazista” (PAXTON, 2007, p. 20), Hitler passa a controlá-lo.

O Estado fantoche ao norte criou uma guerra civil: os monarquistas, o Rei e o general Badoglio, junto dos antifascistas, lutaram pelo sul a favor dos Aliados. Outra parte das Forças Armadas, majoritariamente os Squadristi incorporados, continuaram a lutar pelo norte. Vale lembrar que o norte da Itália sempre foi a região mais rica, e justamente de onde partiu tanto o fascismo quanto o *Risorgimento*. Em 1945, Mussolini foi capturado e assassinado por antifascistas próximos da fronteira com a Suíça. Logo após a Guerra, criou-se um referendo para saber se seria adotado monarquia ou república. O norte votou em massa na república, o sul em massa na monarquia. Esse foi, enfim, o final do fascismo. Mas o fascismo permaneceria vivo.

Por uma questão de espaço e foco, não será possível detalhar a radicalização do fascismo com a dominação Nazista da República de Saló. Cabe, para um trabalho futuro, explorar o *Manifesto de Verona*, efeméride que marca o início deste período. Cabe, aqui, a discussão aprofundada sobre um material imprescindível para compreender o movimento/regime: a *Doutrina do fascismo*.

A versão inglesa de *The political and social doctrine of Fascism*, utilizada neste trabalho, foi publicada em tradução autorizada pela editora do casal Virginia e Leonard Woolf, Hogarth Press, em 1932, quase 15 anos depois do surgimento do fascismo. Mussolini não via necessidade de fornecer uma doutrina ou um programa que fosse além dos manifestos iniciais. Foi somente quando seu movimento já se institucionalizara sob a forma de regime, com a ditadura estabilizada, que Mussolini desejou criar uma estrutura filosófica e intelectual para o fascismo. Para isso, como apontou Paxton (2007, p. 39), a publicou em formato de artigo na *Enciclopedia Italiana* e foi escrito, ao menos parcialmente, pelo filósofo Giovanni Gentile. Em paralelo, no ano seguinte, Hitler ascenderia ao poder na Alemanha e movimentos análogos ao fascismo se espalhariam por todo o planeta, em particular pela Europa.

Uma doutrina era secundária porque o Fascismo surgira primeiro para ser pensado depois. Na prática, Mussolini não o criou. Apenas nomeou e conceitualizou a estrutura de um movimento que existiria com ou sem ele. Mussolini pode ter criado o Fascismo, mas não criou o fascismo. Conforme discutido no capítulo anterior, sendo uma manifestação ligada às democracias de massa, movimentos fascistas iriam, cedo ou tarde, aparecer. A criação da doutrina, mais de 10 anos depois, apenas explicita isso: o movimento surgiu primeiro, o conceito veio depois. Decorre daí a importância, quando do estudo do fascismo, de analisar ao mesmo tempo discurso e prática. Mussolini publicara até mesmo a sua autobiografia antes, em 1927:

Os líderes fascistas não faziam segredo de não terem um programa. Mussolini exaltava essa ausência. 'Os Fasci di Combattimento', escreveu ele nos 'Postulados do Programa fascista' de maio de 1920, ' não se sentem presos a qualquer tipo particular de forma doutrinária'. Poucos meses antes de se tornar primeiro-ministro da Itália, respondeu de forma truculenta a um crítico que exigia saber qual era seu programa: 'Os democratas do Il Mondo querem saber qual é o nosso programa? Nosso programa é quebrar os ossos dos democratas do Il Mondo. E quanto antes, melhor'. 'O punho é a síntese de nossa teoria', afirmou um militante da década de 1920. Mussolini gostava de declarar que ele próprio era a definição do fascismo (PAXTON, 2007, p. 40)..

Um ponto de destaque da conceitualização de Paxton (1998), e que precisa ser levantado, é sua proposta de que o fascismo, independente de sua manifestação, obedeceria cinco estágios: 1) a criação dos movimentos; 2) enraizamento, quando um movimento se torna um partido e passa a ter influência; 3) a chegada ao poder; 4) o exercício do poder; e 5) entropia ou radicalização. De acordo com Paxton, o fascismo italiano seria um exemplo de fascismo que caminhou à entropia, enquanto o Nazismo seria um exemplo de radicalização. O autor destaca que grande parte dos movimentos morre ainda no primeiro estágio, sem conseguir se tornar um partido.

Análise em profundidade sobre a Doutrina

Mussolini (2006, p. 241) não apenas não esconde, como, na verdade, abre a sua doutrina deixando claro que ela surgiu muito depois de seu movimento. Reforçando os argumentos de Paxton (1998) de que o Fascismo surge como sintoma de seu tempo,

para ser pensado apenas muito depois, Mussolini (2006, p. 241) afirma que, mesmo em sua época no Partido Socialista, sempre fora motivado por um movimento contra o que identificava como degenerado, em particular o pacifismo: “Minha doutrina, mesmo nesse período, sempre foi uma doutrina de ação” Destaca que sua “doutrina da ação”, mesmo em seus tempos socialistas, se colocava em oposição ao que compreendia como deturpações de ideias como reforma, revolução e centralização, enfraquecidas no seio socialista após sua divisão em diversas doutrinas e movimentos, ao que atribui a gênese à social-democracia de Bernstein (MUSSOLINI, 2006, p. 241).

Em um ponto seguinte, Mussolini (2006, p. 241) elenca alguns pensadores que interpreta como fundantes do pensamento fascista, do qual vale destacar Georges Sorel, Ernest Renan, Charles Péguy e Hubert Lagardelle. Sobre Sorel em específico, vale uma breve introdução. A admiração seria recíproca – ainda que breve, dado que Sorel morreu em 1922. Sorel, ainda que marxista, crítico do jacobinismo e liberalismo, flertou com todos os lados do espectro político. Dedicado ao estudo do que chamava de mitos políticos, “um ideal estimulante – capaz de instigar as pessoas a um desempenho além de suas capacidades cotidianas” (PAXTON, 2007, p. 66), encontrou em dois personagens distintos a personificação desse ideal: Lenin, principalmente, mas também Mussolini. Não surpreende, portanto que o discurso messiânico de Sorel, aliado ao seu antiliberalismo, tenha sido absorvido por Mussolini. Tanto mais, Sorel havia profetizado ainda em 1908 que uma crise poderia levar a um caldo cultural reacionário confundido com revolucionário (PAXTON, 2007, p. 14).

Um aspecto interessante, que dialoga com o messianismo religioso descrito por Gentili e explicita o seu belicismo, é a visão que o Messias possui de si próprio. Mussolini (2006, p. 242) praticamente reencarna o Direito Divino dos Reis, dada a devida proporção, ao afirmar que os fascistas deveriam ter direito permanente e sucessivo ao controle governamental, já que foram os responsáveis por forçar o país à Guerra e liderá-lo à vitória. Ou seja, a liderança do Fascismo e o controle do Estado assumem uma forma de recompensa divina pela iniciativa belicista. Iniciativa belicista esta que absorve, uma vez mais, uma visão predominantemente negativa do homem já descrita por Maistre (1974, p. 51). Mussolini (2006, p. 244) praticamente reedita Maistre, quando este último afirma que o homem é um ser viciado e belicoso, que se alimenta e precisa da guerra. Deus, para Maistre (1974, p. 51) contém os impulsos destrutivos do

homem ainda que sem escravizá-lo, mostrando, assim, a verdadeira liberdade. E, se Maistre (1974, p. 51) defende que deus é o único capaz de conter esses instintos violentos, Mussolini (2006, p. 244), adapta o mesmo argumento ao deixar majoritariamente implícito (ainda que explícito, em algumas passagens) que ele próprio assume o papel que Maistre relega a deus.

Mussolini (2006, p. 243) justifica, inclusive, a ausência por mais de dez anos de uma doutrina sobre o Fascismo pela necessidade de ação e reação. Sua doutrina é, em larga medida, uma ode à guerra e à violência. De onde decorre a ação: em uma nação mergulhada em degenerescência, em “anos de grande dificuldade” (MUSSOLINI, 2006, p. 243, tradução nossa), afirma que é preciso agir primeiro, pensar depois. Mas essa grande dificuldade da qual Mussolini (2006, p. 243) fala é, na prática, louvada. Encarnando uma das características mais presentes do fascismo, o belicismo e a rejeição ao pacifismo — na prática a fagulha que levou o barril do Fascismo a explodir — o ditador louva a morte. Afirma que os homens sabiam morrer (MUSSOLINI, 2006, p. 243) e que, por isso, havia estética em suas mortes. Mussolini (2006, p. 243) justifica, assim, a publicação tardia de sua doutrina afirmando que ela só poderia ser produzida em tempos de estabilidade e normalidade, um cenário, portando, que não condizia com o pós-guerra de 1922.

Sendo um movimento heterogêneo e interclasse, é natural que, no plano discursivo, o fascismo rejeite a ideia de luta de classes e busque uma conciliação inorgânica (MUSSOLINI, 2006, p. 245). Um discurso que não se aplica à prática. Rejeita, por conseguinte, que a luta de classes também possa ser utilizada para a transformação da sociedade. Mesmo dedicando somente um parágrafo à questão, afirma ter refutado os fundamentos básicos do socialismo, deixando apenas não mais do que “a aspiração sentimental — tão velha quanto a humanidade em si — por uma convenção social em que as dores e sofrimentos dos humildes sejam aliviados” (MUSSOLINI, 2006, p. 245)². Assim, ao esvaziar-se dois dos preceitos básicos do socialismo, resta não mais do que um ideal utópico de igualdade. Da mesma forma, rejeita a visão teleológica marxista da História (MUSSOLINI, 2006, p. 245) e, indo além, rejeita até mesmo a própria noção de que a qualidade de vida se refletiria em felicidade, comparando o que chama de

² Todas as citações de trechos em outros idiomas foram traduzidas pelo autor do artigo.

“concepção materialista da felicidade” (MUSSOLINI, 2006, p. 245) com uma vida animalésca. O homem, preocupando-se apenas com seu bem-estar, levaria à degradação de uma “existência puramente física” (MUSSOLINI, 2006, p. 245). Em resumo, a desigualdade deve ser incentivada, não combatida em sua essência.

Mussolini (2006, p. 245), inclusive, declara abertamente que o fascismo é, em sua essência, completamente o oposto do marxismo, precisamente por seu belicismo³. Defende que a luta de classes e o desenvolvimento dos meios e instrumentos de produção são insuficientes como motor explicativo da História, ainda que tenham alguma importância. Mas que tomá-los como chave explicativa única é uma “ilusão absurda” (MUSSOLINI, 2006, p. 245). Para Mussolini (2006, p. 245), o verdadeiro motor da História é o belicismo em si. O que chama de honra e heroísmo, a vida como conquista, em oposição à visão da economia como catalisador. De certa forma, uma visão antropocêntrica, colocando a natureza humana como leitmotiv. O homem faz o seu meio, e não o inverso. Não por motivos econômicos, mas por honra e heroísmo. E, como foi visto, sendo uma natureza predominantemente negativa e viciosa, depreende-se essa necessidade de um heroísmo suicida.

³ Uma visão que não por coincidência se aproxima da de Hitler, exemplificado em sua declaração “Trinta centímetros de granada” — escreveu ele — “soam mais forte do que mil jornais de judeus sujos. Assim, deixe que assobiem as granadas” (apud PACHUKANIS, 2020, p. 78)

Figura 1 - Antimarxismo/belicismo



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na página 245 da *Doutrina* de Mussolini e utilizando o *software* Canva.

Em outro ponto, Mussolini (2006, p. 244) busca justificar o seu nacionalismo, como uma espécie de *mea culpa*. Afirma que o Fascista ama o vizinho, mas está preparado para atacá-lo se assim for o caso. Em outras palavras, o nacionalismo seria ele próprio um mecanismo de defesa, pois o “fascismo repudia qualquer razão universal, e para viver dignamente na comunidade dos povos civilizados, toma nota de seus estados de espírito e, na evolução de seus interesses, não se deixa ser enganado por aparências falaciosas ou temporárias” (MUSSOLINI, 2006, p. 244-245). Ou seja, ainda que diga amar seus vizinhos, defende a necessidade de mantê-los sob permanente vigilância, de modo que não ameacem a Itália. Pois, como está claro, as verdadeiras intenções das nações vizinhas podem se esconder sob a maquiagem de boas intenções.

Mussolini (2006, p. 246) defende que o fascismo, ainda que tenha tido até 1922 “uma tendência ao republicanismo” por “questões de conveniência”, abandonou essa posição antes da Marcha sobre Roma, convencido de que a forma de governo é irrelevante. Ou melhor, que é indiferente uma configuração republicana ou monárquica e não é possível deslocar uma superioridade de uma sobre outra, mas que sua relevância

se depreende a partir das idiossincrasias de cada nação. Há nações mais propensas a funcionarem de acordo com formas republicanas, seguindo suas características, e outras mais propensas à monarquia. A forma se adapta ao país, e não o contrário, tornando insignificante o debate sobre a melhor forma possível: “Hoje, pode-se ver que existem repúblicas inatamente reacionárias e absolutistas, e também monarquias que incorporam as mais ardentes esperanças sociais e políticas do futuro” (MUSSOLINI, 2006, p. 246). Declara que o fascismo superou essa dicotomia entre república e monarquia, ao passo que a democracia continua acorrentada à ideia ultrapassada de que a república é sempre o regime perfeito.

É possível pensar, seguindo as afirmações de Mussolini, no fascismo como uma ideia que ele vende como pós-política. Pós-política no sentido de transcender todas as limitações e dicotomias clássicas. Segundo ele, o fascismo supera díades como esquerda e direita, autoritarismo e democracia, república ou monarquia. O fascismo se enxerga como um objeto que transcende, portanto, a política em seu formato estabelecido, para formar uma nova política. Torna-se claro que, ao menos no plano discursivo, Mussolini (2006, p. 248-249) busca vender a sua ideia como uma terceira via sobre ideias tradicionais do debate público, uma dialética entre socialismo e liberalismo. Exagerando, no processo, a ideia de que os fascismos foram a maior inovação política do século XX. Já que, por mais que o tenha sido de fato (PAXTON, 2007, p. 47), tampouco foi capaz de superar as configurações políticas habituais:

Dado que o século XIX foi o século do socialismo, do liberalismo e da democracia, não se segue necessariamente que o século XX deva ser também um século do socialismo, do liberalismo e da democracia: as doutrinas políticas passam, mas a humanidade permanece; e pode-se esperar que este seja um século da autoridade, um século da esquerda, um século do fascismo. Pois se o século XIX foi um século de individualismo (liberalismo sempre significa individualismo), pode-se esperar que este seja o século do coletivismo e, portanto, o século do Estado. É uma dedução perfeitamente lógica que uma nova doutrina pode utilizar todos os elementos ainda vitais de doutrinas anteriores (MUSSOLINI, 2006, p. 249).

Ainda que seu movimento dependa da massa, Mussolini (2006, p. 246) expressa desdém por ela — razão da qual decorre sua antipatia à democracia. Como explicitado nos parágrafos anteriores, via a democracia como irremediavelmente negativa, dado o poder das pessoas sobre ela e a sua visão igualmente negativa da natureza humana.

Citando Ernest Renan, que identifica como um filósofo pré-fascista, defende que ainda que a razão e a ciência sejam especificidades do ser humano, é pretensioso e falacioso esperar que os indivíduos sejam guiados por elas. Motivo pelo qual, simplificando, é preciso um movimento que seja abertamente voltado à ação, irracionalismo, belicismo e emoção, já que “não é necessário para a existência da razão que todos a compreendam” (RENAN apud MUSSOLINI, 2006, p. 246). Isto é, a razão deve ser limitada a um grupo seletivo, à grande massa resta a ação, o agir, não o pensar. E um governo guiado pelo e para o povo, pela e para a grande maioria, “terminaria em uma condição da sociedade em que um rebanho degenerado não teria outra preocupação senão a satisfação dos desejos mais baixos do homem comum” (RENAN apud MUSSOLINI, 2006, p. 246-247). A nação e a democracia se tornam degeneradas, portanto, porque o homem comum em si também o é. Porque são baseadas e voltadas para esse indivíduo medíocre, o pior dos piores, a lendária figura do homem médio. Do qual decorre, inevitavelmente, a desigualdade não como um mal, mas como um valor a ser louvado. Já que a mentira convencional de igualdade política, o mito da felicidade e do progresso infinito acabam por enfraquecer o indivíduo, o coletivo, e o produto de ambos: a nação (MUSSOLINI, 2006, p. 247).

Mas é preciso lançar mão de um clássico de Albert Hirschman, *A retórica da intransigência*, para compreender um pouco o reacionarismo de Mussolini. Hirschman propõe, limitado pelo escopo de menos de 200 páginas, a entender mais de 200 anos de retórica reacionária, suas principais reconstruções e estratégias. Para isso, divide o reacionarismo em três largos grupos retóricos, cada qual ocupando um capítulo: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese da ameaça. Para isso, o autor se dedica mais a estudar, como o nome evidencia, os aspectos retóricos e discursivos do que a prática reacionária em si, ainda que ambos estejam naturalmente relacionados, dividindo-os em três grandes grupos históricos: a reação à Revolução Francesa, ao sufrágio universal e ao Estado de bem-estar social. A tese da perversidade assume que qualquer grande mudança social terá o efeito contrário do que se pretendia. *Considerations on France*, de Joseph de Maistre, é um exemplo, no qual o autor interpreta, com sadismo, que o ímpeto racionalista humano acabaria por autodestruí-lo ao afastá-lo de Deus. A seguir, Hirschman apresenta o que cunha como tese da futilidade, uma posição que defende que tentativas de alterações substanciais na ordem

social estão fadadas ao fracasso; da qual inclui a teoria das elites, de autores como Mosca e Pareto, que esvazia o desejo de mudança como irrelevante porque as sociedades humanas são formadas por elites naturais (HIRSCHMAN, 2019, p. 63). E, por fim, a tese da ameaça, uma manobra retórica próxima da tese da perversidade. A principal diferença, entretanto, é posta em seu aspecto mais amplo: enquanto a perversidade critica o que enxerga como o perigo de um *backlash*, a ameaça argumenta que novas alterações colocarão em risco conquistas anteriores. A título de exemplo, conforme Hirschman (2019, p. 105-106), o argumento de que a democracia colocaria o crescimento econômico em risco, usual durante o crescimento dos movimentos pelo sufrágio.

Tabela 1 - As estratégias retóricas do reacionarismo

Formato	Efeito	Exemplo
<i>Retórica da perversidade</i>	A política terá efeito contrário a que ela deseja aplicar.	Medidas de distribuição de renda vão acentuar a desigualdade.
<i>Retórica da futilidade</i>	A política será inútil.	Alterações sociais são inúteis, porque na prática elites são apenas substituídas por outras.
<i>Retórica da ameaça</i>	A política destruirá avanços anteriores.	A democracia coloca o crescimento econômico em risco.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em *A retórica da intransigência*.

Tabela 2 - Retóricas da reação na *Doutrina*

Retóricas da reação	Tema	Argumento	Exemplo
<i>Retórica da perversidade</i>	Democracia	Democracia gera homens fracos	“afirma a desigualdade imutável, benéfica e fecunda da humanidade”
<i>Retórica da perversidade</i>	Liberalismo	Liberalismo gera homens efeminados	“postulado prejudicial da paz é hostil ao fascismo”
<i>Retórica da perversidade</i>	Liberalismo	Liberdade leva à ruína, à guerra e anarquia	“à ruína certa, como já levou antes”
<i>Retórica da perversidade</i>	Comunismo	Igualdade gera homens animais	“existência puramente física”

<i>Retórica da perversidade</i>	Pacifismo	O homem possui uma natureza negativa: é belicoso e ambicioso	“ilusão absurda”
<i>Retórica da futilidade</i>	Comunismo	A desigualdade é inevitável	“concepção materialista da felicidade”
<i>Retórica da futilidade</i>	Democracia	Sufrágio universal é inútil	“A democracia é um regime nominalmente sem rei, mas governado por muitos reis”

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na *Doutrina do fascismo*.

Desta forma, Mussolini (2006, p. 247) afirma que o fascismo forneceria a verdadeira democracia para o povo: a democracia de uma dominação carismática, com as escolhas limitadas à seita. Alargando a seu bel prazer o conceito de democracia, afirma que se a democracia possui diversas formas, interpretando-a como “um estado da sociedade em que a população não é reduzida à impotência no Estado”, então o fascismo é uma “democracia organizada, centralizada e autoritária”. Empregando uma imagem antitética de democracia autoritária, em um malabarismo para justificar a ideia de que o fascismo seria democrático, Mussolini (2006, p. 247), como em uma dialética deformada, busca colocar seu movimento como uma terceira via. Nem de direita e nem de esquerda, nem democracia e nem autoritarismo, tudo simultaneamente. Por mais contraditório e absurdo que possa soar, o paradoxo de democracia autoritária ajuda a fornecer uma maquiagem de normalidade ao regime, não sendo, portanto, criada sem propósito. Retornando aos argumentos de Adorno *et al* (2019) a democracia se tornou um espantalho retórico do qual mesmo os mais autoritários hesitam em abrir mão.

Na página seguinte, após atacar o marxismo e a democracia, Mussolini (2006, p. 247) volta-se para outro de seus antagonistas preferidos: o liberalismo. Afirma que o fascismo, da mesma forma que se opõe completamente à democracia e ao marxismo, também o faz quanto ao liberalismo, seja em seu formato político ou econômico. Porém, Mussolini, a despeito das bravatas antiliberais, colocou um ministro da economia liberal nos primeiros anos do fascismo no poder Executivo. Alberto de Stefani ficou três anos no cargo, empregando políticas pró-mercado e, inclusive, aproveitando-se do autoritarismo do regime e da recuperação econômica da Itália para passar reformas liberais que antes tinham sido obstruídas pelo Parlamento (FORSYTH, 1993, p. 272).

Ainda que Mussolini (2006, p. 247) defenda a importância do marxismo e do liberalismo, em particular deste último, para o século XIX, acredita que essas ideologias

são incompatíveis com o progresso e o futuro. Ambas seriam, portanto, doutrinas ultrapassadas, úteis para um contexto anterior, mas anacrônicas para o século XX. Em outra contradição de seu trabalho, após dedicar páginas definindo o fascismo com termos abertamente religiosos, como fé, e de assumir uma persona messiânica, o autor critica a transformação do liberalismo em uma religião secular; e, algumas frases depois, faz o mesmo com o socialismo, classificando o *Manifesto Comunista* de “evangelho da religião socialista”. Entende que o liberalismo não é mais do que uma entre as diversas ideologias políticas que floresceram no século XIX, e não deve ser tomado como central.

Em uma apologia à Alemanha, antecedendo em um ano os laços que se formariam com o Nazismo, Mussolini (2006, p. 248) elogia Bismarck e a participação deste em superar a “religião da liberdade”, a qual ignorava. Argumenta que uma civilização avançada como a alemã ignorar o liberalismo era sinal da decadência desta religião. Elogia a Alemanha por, em sua argumentação, possuir uma “mente essencialmente monárquica”, o que afastaria uma doutrina baseada no ideal de liberdade, um “predecessor lógico e histórico da anarquia”. Ademais, faz uma reconstrução histórica da unificação da Alemanha e, com mais atenção, da Itália, assumindo a importância de líderes antiliberais na conquista de regiões como a Lombardia e Veneza.

Mussolini (2006, p. 248) acredita que o liberalismo como doutrina torna-se ultrapassado e decadente na virada para o século XX, frente a outras ideologias como o nacionalismo, o Futurismo e o fascismo. Essas seriam, por consequência, as verdadeiras ideologias e doutrinas apropriadas para o período moderno — um período em que a Guerra esmagou as pretensões de igualdade e liberdade, provando que ambas não apenas são inúteis, mas, tanto mais, causam efeitos perversos, para utilizar a imagem de Hirschman (2019). Em outra passagem contraditória, após elogiar a Guerra por diversas páginas e exaltar o belicismo, utilizando-o até como argumento para criticar o Marxismo e os ideais de igualdade, declara que o liberalismo é o culpado pela Guerra⁴. Em tom debochado, diz que “o liberalismo tentou desatar uma infinidade de nós na

⁴ Ainda que não seja um argumento sem fundo, lembrando que Karl Polanyi (2021) escreve em *A grande transformação* que as configurações liberais inorgânicas do século XIX, junto de vários outros fatores (incluindo o nacionalismo que Mussolini defende ser uma das doutrinas do progresso), acabaram por levar à Primeira Guerra.

carnificina da Guerra — nenhuma outra religião exigiu tamanho sacrifício. Talvez os deuses liberais estivessem sedentos por sangue?” (MUSSOLINI, 2006, p. 248).

Encenando o mesmo erro profético de Marx quase um século antes, e deslocando uma visão teleológica da História para o fascismo, Mussolini (2006, p. 248) acredita que seu movimento está destinado a triunfar. E, tanto mais, que o liberalismo e o comunismo estão destinados a desaparecer em “templos religiosos” esvaziados, desertos porque as pessoas iriam perceber que essa crença levaria “à ruína certa, como já levou antes”. Em adicional contradição, critica uma suposta visão teleológica da História sobre o liberalismo, “como se o liberalismo fosse o veredicto final de uma civilização”, da mesma forma que havia anteriormente criticado o determinismo histórico por parte do marxismo.

Conforme diversos traços de reacionarismo fascista foram apontados neste trabalho — irracionalismo, rejeição dos preceitos de 1789, visão negativa do humano, utopia regressiva, o foco no binômio ação/reação, entre outros —, seria de se esperar que Mussolini (2006, p. 248) aceitasse a condição de reacionário. Não é o que acontece; ao menos não na Doutrina, já que em outros discursos chegou a afirmar sê-lo (PACHUKANIS, 2020, p. 28). Da mesma forma que emprega um malabarismo para defender uma antitética democracia autoritária, sua rejeição do comunismo, da democracia e do liberalismo implica no que determina como uma necessidade para o futuro. Isto é, por mais que manifeste admiração pelos ideais pré-1789 e pela reação que se seguiu, reitera que não deseja o retorno aos antecedentes absolutistas da Revolução. De onde decorre, a despeito de semelhanças, uma rejeição sobre Joseph de Maistre: “O fascismo não escolheu De Maistre para seu sumo sacerdote” (MUSSOLINI, 2006, p. 248). Nisso, afirma que o fascismo “não é reacionário, mas revolucionário” (MUSSOLINI, 2006, p. 251). De fato, Mussolini (2006, p. 248) rejeita alguns pontos essenciais do pensamento maistreano — a valorização do absolutismo monárquico e a autoridade eclesiástica — porém, a essência do pensamento de ambos se assemelha. Assim como o fascismo se reinventa conforme sua manifestação se espalha pelo tempo-espaço, o mesmo ocorre com o reacionarismo. Da mesma forma que um fascismo brasileiro em 2021 não será o mesmo que um fascismo italiano em 1930, um reacionarismo italiano em 1930 não será igual ao reacionarismo francês de 1790. Os pontos-chave do reacionarismo, já explicitados, permanecem os mesmos, porém.

A tentativa de se afastar de Maistre, não é despropositada, mas uma forma de afirmar que o autoritarismo do fascismo se difere do absolutismo feudal (MUSSOLINI, 2006, p. 248), um ponto inegável, dado as configurações de massa e a ênfase tanto no partido quanto na figura messiânica. O oxímoro “democracia autoritária” não foi empregado por Mussolini (2006, p. 247) sem razão: as configurações de um autoritarismo fascista são nitidamente distintas de um autoritarismo feudal, ou mesmo de um autoritarismo militar. Não é absurda, portanto, a afirmação de Mussolini (2006, p. 248-249) de que um “partido que governa inteiramente uma nação é um fato novo na História”. O fascismo — e outros movimentos do período, como a Revolução Russa —, de fato implicaram em importância inédita para o partido, bem como às massas. Tampouco é inverídica sua afirmação de que o fascismo absorve elementos do liberalismo, do marxismo e da democracia para cuspir uma versão distorcida de fragmentos destes. Na verdade, Mussolini (2006, p. 249) mostra bastante consciência desse traço do fascismo, corroborando o argumento do fascismo como *doppelgänger* da democracia liberal de massas. Incorre, para isso, em uma incongruência, ao declarar que apesar de absorver traços dessas doutrinas, rejeita “a concepção de que pode haver qualquer doutrina de eficácia inquestionável para todos os tempos e todos os povos” (MUSSOLINI, 2006, p. 249), embora ele mesmo reafirme a inevitabilidade do fascismo.

A doutrina do fascismo seria, desta forma, o suprassumo das doutrinas, o pináculo ideológico. Ao defender que novas doutrinas nascem do ponto em que anteriores morreram — como o socialismo científico a partir do socialismo utópico —, implica que o fascismo surge como uma fênix da decadência da democracia, do liberalismo e do comunismo. Assim, a doutrina deve ser maleável conforme a vontade humana, e não o contrário. Isto é, a doutrina não deve ser estanque, mas sim adaptável de modo a absorver novas experiências, não apenas palavras descartáveis, mas um “ato vivo”. Em outra de suas constantes justificativas para a doutrina do fascismo ter sido elaborada quase 15 anos depois da criação do movimento, Mussolini (2006, p. 249) alega que a inexistência se deve ao caráter pragmático do fascismo, por ser voltado à ação, para o poder, à vida em si.

Mas nenhuma análise da doutrina do fascismo estaria completa sem discussão sobre um aspecto essencial que Mussolini (2006, p. 249-253) deixa para o final: a importância do Estado. Conforme foi discutido, a eleição de um Executivo fascista não

implica, necessariamente, em um Estado fascista. Ao contrário, o processo de fascistização do Estado é lento, da mesma forma que o foi sob Mussolini. Mas o fascismo, como Pachukanis (2020, p. 19) percebeu, transforma o Estado em uma organização terrorista, conforme vai fragmentando e erodindo o Estado de Direito. Mussolini (2006, p. 249) coloca a noção de Estado como fulcral de sua doutrina, ao defender que “O fundamento do fascismo é a concepção do Estado, seu caráter, seu dever e seu objetivo”.

O Estado forte, naturalmente, implica em perseguição às minorias desumanizadas, os inimigos objetivos, fazendo valer a hegemonia da violência estatal da forma mais literal possível. O que é indicado por Mussolini (2006, p. 249), quando afirma que para o fascismo não existe vida fora do Estado. O que ele chama de “Estado ético”⁵, na prática não é mais do que a captura e transformação do Estado liberal, que ele classifica como uma força passiva, em um Estado “terrorista” (PACHUKANIS, 2020, p. 19) e suicidário (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 104). Na prática, Mussolini (2006, p. 250) enxerga o que chama de Estado ativo, ou Estado “ético”, em oposição ao Estado passivo liberal, como o guardião da nação. O responsável, portanto, por recuperar, salvaguardar e proteger a nação da degenerescência. Uma entidade que transcende a política, a qual ele chama também de “espiritual” (MUSSOLINI, 2006, p. 250). Ecoando os argumentos de Burke (1982, p. 61), Mussolini (2006, p. 250) proclama que o Estado encarna o espírito dos seus múltiplos indivíduos, como um guardião que protege passado, presente e futuro, os que já morreram, os que vivem e os ainda por nascer. Uma instituição que ultrapassa as barreiras do tempo, supera qualquer indivíduo e, assim, é apropriado para incorporar as paixões da nação. Um Estado frágil significa uma nação frágil, razão que corrobora com o que foi dito antes sobre o liberalismo como corrupção nacional: “quando a concepção de Estado declina, e tendências divisoras e centrífugas prevalecem, sejam de indivíduos ou grupos, a nação entra em declínio” (MUSSOLINI, 2006, p. 250).

Após criticar as doutrinas do Estado mínimo por uma página, Mussolini (2006, p. 251) argumenta que o Estado deve atuar como uma espécie de força controladora para coibir as “contradições dramáticas do capitalismo”, chegando mesmo a afirmar que se

⁵ Pertinente ressaltar, porém, que Mussolini não criou essa imagem de “Estado ético”, mas sim resgatou uma interpretação dos hegelianos (ECO, 2018, p. 28).

o liberalismo implica em individualismo, então o fascismo implica em Estado. Uma vez mais aludindo a diferença da sua “democracia autoritária” para o absolutismo pré-1789, anuncia que um Estado no qual milhões de indivíduos não apenas reconhecem a sua autoridade, mas desejam a dominação, cria uma nação legítima (MUSSOLINI, 2006, p. 251).

A constante ênfase que Mussolini coloca sobre sua oposição ao liberalismo e, mais precisamente, à individualidade liberal, não é acaso. Ao lançar mão da figura da massa, quando afirma que “o individual no Estado Fascista não é anulado, mas multiplicado” (não por coincidência comparando-o ao exército), evidencia-se não somente a importância da massa amorfa para o seu movimento, mas também da necessidade de criar um coletivismo inorgânico que persiga a pretensão de individualidade, entendendo-a como nociva (MUSSOLINI, 2006, p. 252).

Em adicional paradoxo, argumenta que o fascismo priva toda a “liberdade inútil e possivelmente nociva”, mas mantém “o que é essencial [...] deixando uma margem de liberdade para o individual”. Na prática, porém, fica claro o que ele quer dizer com isso. Em sua “democracia autoritária”, bem como em outros formatos tradicionais de autoritarismo, a liberdade torna-se limitada ao frugal. Isto é, ao pequeno, ao cotidiano. Como um grande pai, um colossal Supereu, o Estado fascista, nas ideias de Mussolini (2006, p. 252), atua unilateralmente na estrutura decisiva e política, controlando e disciplinando seus filhos. A liberdade crítica, como não esconde, é aniquilada.

Em seu final, Mussolini (2006, p. 252) transparece alguns de seus traços mais reacionários, presentes até mesmo no símbolo de seu movimento. Ao defender abertamente que o fascismo é herdeiro da tradição do Império Romano, constituindo ele próprio em um império, evidencia seu fetiche de poder com as glórias do passado mitificado. Mussolini (2006, p. 252) justifica que o Estado Fascista é a personificação da vontade de poder, para utilizar a imagem criada por Friedrich Nietzsche (2011). Uma vontade de poder baseada em uma admiração que projetava o passado sobre o futuro, pois “a tradição romana é um ideal de força em ação” (MUSSOLINI, 2006). O machado de fúscas e seus múltiplos significados — valorização do passado, símbolo de força — não deu nome ao movimento sem razão. E, para isso, é preciso a expansão do império *ad infinitum* (MUSSOLINI, 2006, p. 252).

Além do reacionarismo, os últimos parágrafos da doutrina de Mussolini também indicam outro traço importante do fascismo que até então havia sido subentendido: o imperialismo. Para alguns pensadores, especialmente contemporâneos ao fascismo ou da geração seguinte, como Hannah Arendt (1978), o imperialismo é colocado como um dos pontos centrais do fascismo. Embora associado ao fascismo italiano e aos fascismos europeus da primeira metade do século XX, o imperialismo perde tração conforme se desloca para outros contextos e tempos. Naturalmente, um eventual fascismo brasileiro, como o movimento Integralista tentou ser, dado o contexto periférico, não colocaria tanta ênfase no imperialismo. Além disso, autores contemporâneos como Paxton (2007) e Albright (2018) não dedicam tanta atenção a essa questão. Ainda que o imperialismo seja um traço frequente do fascismo, é possível considerar que ele não é necessariamente inerente ao fascismo. O mais importante do que o próprio imperialismo é a desumanização e a perseguição dos inimigos, sejam eles internos ou externos à nação.

Contudo, no caso do fascismo italiano, Mussolini (2006, p. 252-253) não esconde seu imperialismo. É relevante lembrar que a doutrina foi escrita três anos antes da invasão da Etiópia, o que nos permite compreender a necessidade de justificar as pretensões imperiais do regime. A comparação com o Império Romano, na tentativa de justificar a criação de seu próprio império, também não é casual. O passado se apresenta como guia para o futuro, como um ideal a ser alcançado e repetido. Ainda que isso implique em um malabarismo retórico, quando Mussolini (2006, p. 252) argumenta que um império é uma nação que “governa direta ou indiretamente outras nações, sem a necessidade de conquistar um único metro quadrado de território”. Ao mesmo tempo, ele afirma que os povos que se opõem à decadência do estado/nacional, que para ele surge dos preceitos de pacifismo, igualdade e liberdade, são sempre imperialistas.

Como fênix, a Itália em sua doutrina ergue-se após supostos muitos séculos de dominação e servidão estrangeira (MUSSOLINI, 2006, p. 252). Para tal, deve ela própria dominar. E, desta forma, nada mais apropriado do que uma doutrina, um movimento, um método de política e uma ideologia — pois o fascismo pode ser tomado como tudo isso — que seja a aspiração viva dos italianos. Uma doutrina que simplifique a nação em palavras, portanto, que signifique a Itália em si. Pois, para Mussolini (2006, p. 252), como movimento de massas sem precedentes até então, era o fenômeno mais apropriado

para representar o que entendia por verdadeiros italianos. Mas Mussolini (2006, p. 252) não tarda a expressar uma vez mais o seu autoritarismo e o belicismo, onipresentes por seu trabalho, ao constatar que um império demanda disciplina, senso de dever e sacrifício: “pois nunca antes a nação precisou tanto de autoridade, de direção e de ordem”.

Sem esconder a sua admiração por seu próprio movimento, encerra sua doutrina reafirmando a importância do fascismo para o século XX, da mesma forma que o marxismo e o liberalismo o foram do século anterior:

Se cada época tem sua doutrina, existem mil sinais que apontam para o fascismo como a doutrina característica de nosso tempo. Pois se uma doutrina deve ser algo vivo, isso é provado pelo fato de que o fascismo criou uma fé viva; e que essa fé é muito poderosa na mente dos homens, é demonstrado por aqueles que sofreram e morreram por ela. O fascismo aplica a mesma universalidade de todas as doutrinas que, ao se realizarem, representaram uma etapa na história do espírito humano (MUSSOLINI, 2006, p. 252-253).

Irônica esta última passagem vista à luz da História, quando o fascismo de fato ficou associado ao seu tempo, ao seu século, porém não da forma idealista que Mussolini projetou. Mas como sinédoque de genocídio — um sinônimo que, contudo, dificulta na identificação de fascismos contemporâneos. É inegável que o fascismo personificou o sentimento de seu século, com todas as consequências que isso trouxe. Repete-se, por todo seu trabalho, a impressão de que há uma grande catástrofe inevitável no horizonte, um discurso messiânico, personalista e salvacionista de que apenas o fascismo é capaz de salvar a Itália de uma iminente destruição.

Tabela 3 - Principais características identificadas na *Doutrina do fascismo*

Doutrina do fascismo (1932)	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Anticomunismo</i>	Rejeição da visão materialista da História, da economia como motor Rejeição da luta de classes Busca por uma conciliação inorgânica interclasses
<i>Antiliberalismo</i>	Rejeição do individualismo liberal / apologia do coletivismo Estado como soma dos coletivos humanos Liberalismo e comunismo como religiões
<i>Autoritarismo</i>	Doutrina da ação Ênfase em “ação” O nome do fascismo fixa o seu caráter Messianismo — Mussolini se declara o único líder possível Abertamente antidemocrático Ausência de doutrina: nasceu da necessidade de ação “Democracia autoritária” Ode à guerra, rejeição ao pacifismo Antielitismo: a democracia é dominada por uma elite invisível
<i>Corporativismo</i>	Conciliação de classes Adoção como sistema econômico nacional Resgate do Corporativismo na gênese do movimento, desde os Fasci
<i>Imperialismo</i>	Direito da Itália em explorar nações “menores”
<i>Nacionalismo</i>	Imagem do machado de fasces Substituição de luta de classes por luta de nações
<i>Reacionarismo</i>	O homem como um viciado Louvor à desigualdade e à morte Liberalismo força uma paz impossível e insustentável justamente pelo homem ser belicoso A paz como câncer forma homens fracos/nação degenerada/homens efeminados Ênfase nas palavras “ação” e na ideia de “reação” Igualdade e liberdade formam homens degenerados Paranoia conspiracionista / mania de perseguição

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado na *Doutrina do fascismo*.

Por fim, é possível pensar numa divisão do fascismo italiano em ciclos distintos: 1) o ciclo progressista (1915-1921); 2) o ciclo liberal (1921-1924); 3) o ciclo ditatorial/corporativista (1924-1932); 4) o ciclo imperial (1932-1943); 5) o ciclo de dominação Nazista (República de Saló) (1943-1945). Para sintetizar a discussão, seguem tabelas trazendo as principais características encontradas, não apenas na *Doutrina*, mas também em outros materiais.

Tabela 4 - Estágios e ciclos do fascismo

<i>Estágios</i>	<i>Ciclo</i>
<i>Criação</i>	Progressista: 1915-1921
<i>Enraizamento</i>	Liberal: 1921-1922
<i>Chegada ao poder</i>	Liberal: 1922
<i>Exercício do poder</i>	Liberal: 1922-1924
<i>Entropia</i>	Ditatorial: 1924-1932
<i>Entropia</i>	Imperial: 1932-1939
<i>Radicalização</i>	Nazifascismo: 1939-1945

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Paxton (1998) e nos materiais de Mussolini

Para encerrar este artigo, uma parábola literária: Mussolini em sua doutrina assemelha-se ao protagonista do clássico da literatura italiana, *O deserto dos Tártaros*, não por coincidência publicado em 1940. Em um romance kafkiano, Dino Buzzati apresenta um protagonista ansioso por uma guerra que nunca chega. Há um desastre por vir, uma invasão que parece inevitável. E assim parece, por anos. Sempre na iminência da destruição, do apocalipse que nunca se manifesta. Até que, por fim, a invasão ocorre. Mas, após desperdiçar toda sua vida na espera infinita, quando os Tártaros finalmente chegam o protagonista está idoso. E morre.

Considerações finais

Dado a limitação de espaço de um artigo, o foco recaiu sobre uma análise em profundidade da *Doutrina do fascismo*. O mergulho sobre o material permitiu compreender os principais pontos levantados pelo material de Mussolini, bem como algumas de suas diferenças e semelhanças quanto a discursos anteriores e posteriores. Ao final, uma pequena comparação com outros desses produtos permitiu apreender essas dissonâncias e consonâncias, reconstruções de características ao longo do vintênio que dificulta, na prática, falar em apenas **um** fascismo.

Como falar de fascismo como se fosse um movimento ou regime hermético, quando este perdurou por um longo período de tempo e perpassou distintos ciclos, heterogêneos entre si? Pois, por certo, o fascismo não foi o mesmo em 1920 que em 1930 ou 1940. Muito mais radical em 1940, com sua absorção pelo Nazismo, no auge em 1930, com sua institucionalização, e flertando com características progressistas e mesmo sociais, quando surge em 1920. Ainda assim, a *Doutrina* é um dos produtos escritos mais ricos, complexos e completos legados pelo *Duce*; escrito em uma época em que o movimento/regime já estava maduro, institucionalizado, em seu apogeu, e podia ser pensado e repensado (inclusive retroativamente).

Referências

- ADORNO, Theodor W. et al. Estudos sobre a personalidade autoritária. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ALBRIGHT, Madeleine. fascismo: um alerta. São Paulo: Planeta, 2018.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDR, Hannah. As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1978.
- BERTONHA, João F. Coerção, consenso e resistência num Estado autoritário. Diálogos. V. 12, n. 1, p. 141-163, 2008.
- BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BUZZATI, Dino. O deserto dos Tártaros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. 3 ed. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- DORIA, Pedro. fascismo à brasileira- como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. São Paulo: Planeta, 2020.
- ECO, Umberto. O fascismo eterno. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- FELICE, Renzo de. Explicar o fascismo. Lisboa: Edições 70, 1976.
- FORSYTH, Douglas. The crisis of liberal Italy. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- FRESU, Gianni. Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.
- GENTILI, Emilio. Fascism as political religion. Journal of Contemporary History, Londres, v. 25, p. 229-251, 1990.
- GERSCHEWSKI, Johannes. The three pillars of stability: legitimation, repression and co-optation in autocratic regimes. Democratization, v. 20, n. 01, p. 13-38, 2013.
- HIRSCHMAN, Albert O. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MAISTRE, Joseph de. Considerations on France. London: McGill-Queen's University Press, 1974.
- MUSSOLINI, Benito. My autobiography: with "The political and social doctrine of Fascism". New York: Dover Publications, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. A vontade de poder. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PACHUKANIS, Evguiéni. fascismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

PAXTON, Robert. A anatomia do fascismo. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. The five stages of fascism. The Journal of Modern History. Chicago, Chicago University Press, v. 70, n. 01, 1998, p. 01-23. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/235001>. Acesso em 06 nov. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1086/235001>.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2021.

STENDHAL. O vermelho e o negro. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.